



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Havendo número regimental, declaro iniciada a terceira reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que irá discorrer sobre a Proposta Orçamentária para 2010, Projeto de Lei nº 46, de 2009, do Congresso Nacional, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o texto do projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

Além do Ministro, convido para fazerem parte da Mesa o Deputado Magela, Relator da proposta orçamentária; o Senador Romero Jucá, Relator da Receita da Proposta Orçamentária para 2010; e o Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. João Bernardo de Azevedo Bringel.

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, solicito especial atenção ao estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal. O palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser aparteado se assim permitir. Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos. Informo que, a partir deste momento, a lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra o Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, Deputado Nelson Meurer, Sr. Relator, Deputado Magela, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, vou procurar ser breve para não consumir todo o tempo a que tenho direito e reservar mais espaço para o debate.

O projeto de lei orçamentária para 2010 foi remetido para o Congresso Nacional no prazo constitucional. Tenho certeza de que a maioria dos Parlamentares têm conhecimento do teor da proposta, por isso fizemos um resumo que quero apresentar. Imagino que tenha sido distribuída aos Parlamentares cópia desse resumo. *(Pausa.)* Não foi ainda? Está chegando a cópia. Enquanto isso vamos mostrando na parede.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este quadro mostra os parâmetros que embasaram a elaboração da proposta de Orçamento para 2010. Como é do conhecimento de todos, nós deveremos, no final de novembro, fazer uma revisão com base nos indicadores que nos são passados pelo Ministério da Fazenda ou pelo Banco Central e, eventualmente, poderá haver algumas modificações nesses indicadores, nesses parâmetros que, evidentemente, nesse caso, serão incorporados pelo Relator na votação do relatório.

O salário mínimo para 2010 deverá ser reajustado em janeiro do próximo ano, com índice correspondente à inflação prevista para este ano, de 3,54% — todos sabem que nós ainda temos de esperar até o final do ano para confirmar esse índice —, e o crescimento real do Produto Interno Bruto de 2008, medido em 5,08%, mas que também está sujeito a uma revisão, no mês de novembro, pelo IBGE. O critério foi esse: justamente colocar o de 2 anos anteriores, para que desse tempo de o IBGE fazer a revisão e o índice ser definitivo.

Com esses indicadores, o salário mínimo, a partir de 1º de janeiro de 2010, passa a ser de 505 reais e 90 centavos. Isso significa um impacto nas contas da Previdência Social de aproximadamente 8 bilhões e 200 milhões.

Nós fizemos um demonstrativo do que significa o impacto de cada real a mais na conta de salário mínimo ou, então, de cada ponto percentual de aumento mostrado naquela planilha.

Este quadro mostra as receitas e as despesas totais, tanto as primárias quanto as financeiras. O total do Orçamento, portanto, incluindo receitas financeiras, vai ser de 1 trilhão e 738 bilhões. Mas as receitas primárias serão de 853 bilhões e as despesas primárias, pelo conceito de competência, de 802 bilhões e 400 milhões.

O gráfico dá uma ideia da distribuição do Orçamento. Nesse quadro projetado, nós temos todas as despesas, inclusive as financeiras, amortização da dívida e todas elas, e, depois, colocamos somente as despesas primárias, sem a parte financeira. Vejam que nós temos, dessas aí, um total de 90% de despesas obrigatórias e 9,97% de despesas discricionárias.

O gráfico seguinte mostra a divisão das despesas discricionárias. Nós temos como destaque a saúde, que corresponde a 29,4%; a educação, 12,7%; o Programa Bolsa Família, 7,9% e o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, 14,1% de todas essas despesas discricionárias, ficando para as demais despesas 35,9%.

O quadro a seguir faz um demonstrativo do resultado primário projetado para este ano, o que nós tivemos, primeiro na lei e, depois, na avaliação do 4º bimestre, além do superávit projetado para 2010.

Apenas para observar, nós fizemos, neste ano, uma redução substancial da meta de superávit, que foi de 3,8 para 2,50, incluída a retirada da PETROBRAS do conceito de superávit primário. Isso já está incorporado também no relatório de 2010. E diminuímos, ainda, de 3,30 para 2,50 a previsão de superávit para este ano.

No próximo quadro há uma demonstração da composição da nossa receita primária, como eu havia dito, 853 bilhões. Isso significa 25,66% do Produto Interno Bruto e uma receita líquida de 710 milhões, arredondando.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa síntese do Orçamento mostra a nossa receita líquida, diminuída de despesas obrigatórias, a meta de resultado primário e o que sobra de despesas discricionárias, que vão atingir, em 2010, pela proposta orçamentária, 173 milhões e 400 milhões, sendo 7,3 para os demais Poderes e 166 para o Poder Executivo. As despesas primárias obrigatórias vão corresponder a um total de 487 bilhões, sendo 168 bilhões de pessoal, 294 bilhões de benefícios previdenciários e assistenciais e 25 milhões para as demais.

Este quadro mostra a evolução dos gastos com pessoal, no período de 1995 até o projetado para 2010. Vejam que houve um período, particularmente de 2001 até 2004, de diminuição expressiva da despesa, como proporção do Produto Interno Bruto, e, depois, novamente, um crescimento com a retomada em patamares parecidos com os de 1995.

Este quadro mostra a evolução das despesas primárias, começando por benefício previdenciário, é o primeiro gráfico em cima; depois, no segundo, pessoal e encargos. As demais despesas obrigatórias estão na última linha de baixo, e as despesas discricionárias, ali no meio, empatando com a despesa de pessoal.

Temos aqui uma série de quadros. Eu não vou discorrer sobre eles até porque não está dando para vê-los. Sobre cada área do Orçamento, qual é a evolução de despesa... Inclusive o Deputado Jilmar Tatto concorda que não está dando para ver.

Vou passar adiante, vou mostrar só a evolução do déficit do Regime Geral da Previdência Social, porque acho que é importante os Parlamentares visualizarem, assim como também a evolução da receita. Todas as demais estão em tabelas que serão distribuídas no momento seguinte, Sr. Presidente.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra o Relator Geral do Projeto de Lei ao Orçamento para 2010, Deputado Magela.

O SR. DEPUTADO MAGELA - Sr. Presidente, eu abro mão de fazer as primeiras indagações para que o Plenário as apresente. Ao final, se houver necessidade, apresentarei os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Tendo em vista que o Senador Romero Jucá não se encontra, vamos dar início à discussão, chamando os oradores inscritos na lista para o debate.

Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa., o Deputado Magela, Relator Geral do Orçamento, o Dr. Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, e o Dr. João Bernardo, Secretário-Executivo do Ministério.

Primeiro, gostaria de prestar, publicamente, um tributo a V.Exa. pela solução dada, por meio da sua intervenção, da sua gestão, à questão dos píeres. O Estado da Bahia estava com sérios problemas nas construções acima do nível da água do mar. Aparentemente, esse problema é de Salvador, mas, na verdade, é também de várias partes dos Estados brasileiros. Isso não ocorre só no litoral da Bahia, de Salvador, mas também no interior do Estado. Diversas pontes de atracações precisavam desse acesso, dessa construção sobre essas águas, para poderem operar não apenas o transporte, mas o comércio para diversas ilhas instaladas em Salvador, na Baía de Todos os Santos, na região litorânea do Estado da Bahia, em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, e na própria Amazônia.

V.Exa., Ministro, teve participação extremamente importante na solução desse problema. Portanto, na condição de membro da Oposição, presto esse tributo a V.Exa., pelo interesse, porque, se não fosse a intervenção de V.Exa., estaríamos com diversas complicações ainda remanescentes, com a Secretaria do Patrimônio da União, com diversos outros órgãos, Marinha, IBAMA, CRA, órgão ambiental do Estado da Bahia e outros dos demais Estados. Agradeço a V.Exa. a intervenção, pois com isso prestou um grande serviço a esses Estados litorâneos.

Vou formular 5 perguntas a V.Exa., Ministro, inclusive algumas importantes para iniciarmos os debates que esta Comissão irá proceder até o final deste exercício, até o mês de dezembro. Acho que isso enriquecerá e norteará bastante o trabalho de todos nós, da Comissão Mista.

A primeira pergunta, Sr. Ministro: nós vimos que a mensagem original do Poder Executivo para a PLOA de 2010 prevê um recolhimento extraordinário esperado de 31,5 bilhões. Eu gostaria que V.Exa. explicasse essa receita extraordinária. Qual seria a origem dessas receitas? Na nossa opinião, se a receita do Brasil previu essas receitas, em caráter originário, de onde elas virão? Como se chegou ao número de 31,5 bilhões e qual seria, efetivamente, as suas reais fontes de ingresso no Governo Federal?

A segunda pergunta é sobre o cálculo de renúncia dos tributos. Nós atravessamos uma crise mundial, o Brasil não ficou fora disso; foram dadas diversas isenções, como a isenção do IPI na compra de carros e eletrodomésticos, principalmente os da linha branca, como geladeira, etc. Eu não sei se já se chegou a um quantitativo de quanto foram essas renúncias. Qual o valor total das renúncias feitas? Com relação às receitas extraordinárias que estão sendo especificadas nos PLOAs de 2010, há também alguns cálculos de renúncia de tributos, os quais eu gostaria que V.Exa.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quantificasse. V.Exa. teria condições de nos trazer esse número? Por exemplo, em relação ao cancelamento das compensações relativas ao crédito-prêmio do IPI; em relação à transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais, inclusive objeto da Medida Provisória nº 468, de 2009; e, finalmente, as desonerações de produtos com alíquota zero de IPI, como eu disse, na linha branca dos eletrodomésticos e nos automóveis.

A terceira pergunta é em relação à falta de previsão de receita para alguns itens que consideramos extremamente importantes. Um deles é a Lei Kandir. O que V.Exa. prevê? O que o Congresso Nacional, o que esta Comissão, ao lado do Relator Geral, Deputado Magela, podem apresentar como solução para a falta de recursos existentes no PLOA 2010, na lei orçamentária para 2010, em relação à Lei Kandir? V.Exa. sabe que essa lei beneficia os Estados exportadores. A Bahia, principalmente, necessita do aporte dos recursos orçamentários para ser contemplada com o repasse da Lei Kandir. Gostaríamos de ouvir V.Exa. em relação a essa situação, como também em relação aos reajustes dos benefícios previdenciários superiores a 1 salário mínimo. O que V.Exa. pode nos sugerir para que o Congresso Nacional faça com que os recursos sejam assegurados para que tanto os da área previdenciária, que recebem acima de um salário mínimo, quanto a Lei Kandir não fiquem sem recursos previstos no Orçamento do próximo ano?

Em relação à autonomia do Congresso Nacional, Ministro, eu gostaria de ouvir a opinião de V.Exa. a respeito desses créditos suplementares que estão sendo enviados este ano e que eventualmente também possam sê-lo no ano que vem. Inclusive foi objeto de um discurso que fiz, no dia de hoje, no Congresso Nacional. Nós votamos o Orçamento. Diante dos diversos Estados e diante do bicameralismo entre Senado e Câmara dos Deputados, na representação dos Senadores e dos Deputados, nós adequamos as diferenças regionais para que não haja, em termos de população, de tamanho de Estado e do princípio do federalismo, uma discrepância muito alta entre o que o Governo prevê que seja correto para liberar do Governo Central aos Estados Federados e o que nós, Congressistas, achamos que deveria ser.

Então, esse peso e contrapeso são feitos na Comissão Mista de Orçamento e no plenário do Congresso Nacional. Quando a lei orçamentária é aprovada, vai com essa distribuição mais ou menos equitativa, pelos critérios elaborados pelo Congresso Nacional de justiça do federalismo. Ora, se depois o Executivo faz suplementações cancelando o que votamos aqui, obviamente tudo o que foi discutido e definido dentro da autonomia e competência do Congresso Nacional fica modificado, e essa modificação, muitas vezes, não vai ao encontro desse princípio do Congresso Nacional de decidir sobre matéria orçamentária e estabelecer o peso e contrapeso diante dos Estados federados com a justiça de distribuição equânime dos seus recursos.

Gostaria de ouvir V.Exa. e, ao mesmo tempo, perguntar sobre a utilização de decretos para a abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo sem apreciação do Congresso. Vou dar um exemplo. Foi feita a autorização para o Poder Executivo cancelar até 50% do total das dotações orçamentárias consignadas aos grupos de natureza de despesa 3, Outras Despesas Correntes, 4, Investimento, e 5, Inversões Financeiras, no âmbito de entidades e de instituições federais de ensino superior, dos hospitais universitários e das instituições que compõem a rede federal de educação profissional científica e tecnológica, que são os CEFETs. Ora, através de decreto, foi feita uma completa modificação sem passar pela deliberação do Congresso Nacional, e essa utilização tem sido cada vez maior.

Então, gostaria de indagar V.Exa. a respeito desse tipo de utilização, o que poderíamos fazer para diminuir e para que o Congresso continue deliberando sobre essas matérias.

Por fim, Ministro, em relação ao anexo de metas e prioridades da LDO 2010, verificamos que grande parte da programação que consta desse anexo não foi contemplada na lei orçamentária para 2010. Ou seja, na votação da LDO deste ano, tivemos todo um arcabouço de discussão, repetindo o que foi dito antes, por intermédio de uma iniciativa dos Congressistas para utilizar o princípio da equidade do federalismo, e, por meio das emendas, das bancadas e da participação dos Senadores, priorizamos quais seriam as metas a serem atendidas na lei orçamentária, e essas metas foram desconsideradas. Isso acaba desvirtuando um pouco essa autonomia do Congresso Nacional.

Então, não sei se estou errado em relação a essa questão, que gostaria que V.Exa. esclarecesse. Mas aproveitando ainda sua presença, temos hoje uma questão em pauta, que é a questão da fiscalização das obras, principalmente do PAC, pelo Tribunal de Contas da União — TCU. Temos visto que o tribunal tem suspenso algumas obras. Na verdade, essa suspensão é provisória, porque compete ao Congresso Nacional e à Comissão Mista de Orçamento votar a exclusão de qualquer obra. Portanto, o tribunal age, mas nós temos de homologar e ratificar essas exclusões.

O TCU tem dito que as obras estão com inúmeras irregularidades. E nós sabemos que quem executa o Orçamento, muitas vezes, prevê erros que podem ser ou não sanados. Então, a discussão gira em torno das irregularidades sanáveis ou não sanáveis, da atuação do tribunal em si ou da forma como ele está agindo ao suspender as obras liminarmente ou não.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Assim, quero que V.Exa. pontue o ponto de vista do Ministério, até porque nós, do Congresso, temos também de nos posicionar sobre essas questões. E, como estamos vendo uma discussão muito grande entre o Governo e o Tribunal de Contas, talvez esse não seria, a princípio, um assunto desta audiência pública, mas, se V.Exa. quiser aproveitar a indagação que levanto, poderá clarear-nos a respeito dessa posição do Tribunal de Contas em relação ao Governo e vice-versa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Ministro, pela atenção dispensada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Há apenas mais 2 Deputados inscritos. Então, vamos ouvi-los e, depois, consultar o Relator se há alguma colocação a fazer ao Ministro, que, então, encerra com a resposta aos Srs. Parlamentares.

Assim sendo, concedo a palavra ao Deputado Jilmar Tatto.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Cumprimento o Ministro, o Presidente, o nobre Relator e toda a área técnica do Ministério do Planejamento.

Ministro, em primeiro lugar, parabeno V.Exa. pelo Orçamento, pela peça em si, pela competência e pela maneira clara e objetiva com que fez sua apresentação ao Congresso Nacional. Em todo o mercado hoje há uma expectativa, e os próprios índices preliminares dizem que o PIB do Brasil, ano que vem, pode ultrapassar os 5%. A peça orçamentária que V.Exa. enviou para cá é de 4,5%. Como ela foi enviada para cá há mais de 1 mês, o Ministério do Planejamento está vendo essa questão do crescimento do PIB do ano que vem.

Vou entrar apenas em uma questão específica e chamar a atenção para o crescimento das despesas e para a coragem do Governo em relação ao enfrentamento da crise, à diminuição de impostos e ao fazer renúncia fiscal justamente para que enfrentássemos a crise. Essa a questão principal, sem com isso diminuir as despesas nas áreas mais prioritárias do Brasil. Aquele gráfico que mostra aumento de encargos, aumento de pessoal, e sabemos exatamente para onde estão indo essas pessoas, é significativo. O aumento na área previdenciária é significativo.

No relatório, que agora dá para ler com bastante tranquilidade, considerando deste ano para o ano que vem, haverá um aumento de 15 bilhões para os benefícios previdenciários! Isso causa um impacto social muito grande pelo Brasil afora. O benefício do LOAS é 0,53% do PIB de 2009 e está indo para 0,62% do PIB de 2010. Os números são geralmente frios, e as pessoas não têm a dimensão do que ocorre exatamente no dia a dia, mas, na verdade, esses números representam uma melhoria da qualidade de vida. E é exatamente nesses momentos que essas questões específicas mostram que o Brasil está indo no rumo certo, e as pessoas estão melhorando de vida graças à política de governo. O Orçamento está expressando exatamente isto: uma política governamental do Presidente Lula no sentido de melhorar a vida do povo brasileiro.

Está de parabéns, portanto, o Ministério do Planejamento por apresentar essa peça orçamentária!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Obrigado, Deputado Jilmar Tatto.

Passo, então, a palavra ao último inscrito, Deputado Assis do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Ministro, sua equipe e a Mesa.

Primeiro, Ministro, na linha de raciocínio do Deputado Jilmar Tatto, quero dizer da alegria dos mais pobres, principalmente daqueles que recebem salário mínimo, como meu pai e minha mãe, que recebem aposentadoria rural e que, já em janeiro, receberão 505 reais. Acho que não esse sacrifício, mas essa decisão política do Governo vale a pena na busca de uma maior distribuição de renda, e é isso que tem segurado a economia do Brasil para enfrentar a crise, é dar condições aos que estão mais embaixo de poderem consumir. Ou seja, a maior contribuição do Governo no enfrentamento da crise foi dar oportunidade aos pobres de poderem comprar. Acho que temos a comprovação disso nesse orçamento.

Segundo, a questão de despesa com pessoal, tão criticada pela Oposição nesta Comissão e neste Parlamento. Podemos observar que estamos agora chegando a patamares em relação ao PIB de 1995. Não há qualquer exagero, ao contrário, o que se colocou de serviço público à disposição da população é algo fantástico, principalmente nas áreas de saúde, educação e, no campo universitário, a educação profissional.

Mas quero falar também sobre outra questão, que é uma dúvida que tenho, Ministro, e gostaria que fosse esclarecida aqui, até porque somos do mesmo Estado, o Paraná. Pode ser que seja uma dúvida técnica e, talvez, a equipe técnica possa nos ajudar. Observando as despesas previstas para o ano de 2010, vemos que há 3 Estados com previsão de redução mais drástica de recursos na lei orçamentária.

Em primeiro está o Estado do Pará, com 29,3%, depois, vem o Estado do Acre, com 23,2%, e, depois, o Estado do Paraná, com 11%. Então, onde está a argumentação para essa redução? O quarto Estado virá depois, com 2%, que não lembro qual é. Onde estaria a explicação para essa redução? Relator, Deputado Magela, tenho a impressão de que o



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro está querendo passar trabalho a V.Exa. ou a esta Comissão! Vamos ter de mexer em algumas coisas aqui caso se comprove esse quadro que foi colocado no Orçamento de 2010.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Deputado, o que é essa redução e de que recursos?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Do geral. É um quadro que apresenta todas as despesas previstas para o ano de 2010 comparativamente a 2009, que é onde entra o PAC e os demais investimentos, entra ensino superior e ensino tecnológico, enfim, entram os principais recursos previstos para 2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Obrigado, Deputado. V.Exa. encerrou?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Obrigado, Deputado Assis do Couto.

Consulto agora o nosso Relator Geral, Deputado Magela. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Narcio Rodrigues, segundo inscrito para falar, e que não estava presente anteriormente.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, Sr. Relator, caro Ministro Paulo Bernardo, quero pedir desculpas por não estar presente no início da exposição de V.Exa., mas a Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais veio para uma reunião com a bancada para tratar de relações com o Governo do Estado, marcada há mais de 20 dias, da qual sou coordenador, e isso exigiu que eu lá estivesse, em prejuízo da minha vontade de estar participando dessa discussão. Acredito que a presença de V.Exa. deve ter jogado luzes sobre várias dúvidas que vão permear nossa discussão em relação ao fechamento do Orçamento deste ano.

A questão sobre a votação do relatório da receita já sinalizou claramente que há, da parte do Governo, um interesse em buscar novas alternativas que permitam o fechamento de demandas. Parece-me extremamente preocupante que várias áreas do Governo venham nos procurando exatamente com a preocupação de alocar e viabilizar recursos que possam resolver problemas que, naturalmente, vão bater às portas de cada Ministério no ano que vem.

Cito o caso da Subrelatoria de Agricultura, para a qual fui nomeado. O Ministério apresentou um documento que mostra que teremos de aportar pelo menos mais 2 bilhões e 300 milhões de reais ao Ministério para garantir operações de crédito que deem sustentação ao desenvolvimento do setor agropecuário e à manutenção do setor produtivo em atividade no País. E, por todas as demandas que vêm ocorrendo na saúde, estamos vendo que o Orçamento está longe, na proposta que para cá veio, de fechar no conjunto de interesses que batem à porta da Comissão de Orçamento.

Mas a questão que levanto é a em que tenho sido recorrente, V.Exa. sabe disso, pois, da parte do PSDB, parece-me que é necessário que o futuro Governo, seja ele de qual partido for, se debruce para resolver questão que nos incomoda, assim como a V.Exa., que se refere ao ressarcimento dos Estados exportadores com a chamada Lei Kandir. Será que teremos de buscar no futuro, Ministro, alternativas que permitam resolver essa questão? Está muito claro que não podemos fazê-lo em prejuízo dos Estados que dão decisiva contribuição à geração de divisas para o País. Portanto, é uma questão que terá de ser abordada no Plenário do Congresso Nacional para ser resolvida, mas, até que se resolva, a única solução é o dispositivo que a cada ano tem de ser alimentado pela Comissão de Orçamento.

Devo dizer que, para nós, é essencial equacionar recursos para garantir o ressarcimento dos Estados exportadores no próximo ano, com a demanda de pelo menos 3 bilhões e 900 milhões de reais, podendo contar com possibilidade de que, com o aumento de receita, venhamos a ter o ressarcimento adicional, previsto em exercícios anteriores.

Espero que o Ministério do Planejamento e as Secretarias de Fazenda dos Estados possam se dedicar ao exercício de boa vontade em busca de solução que recupere — e é importante que se diga isso — o compromisso firmado neste plenário com o Governo, por meio da sua Liderança, em 2007, referente a 1 bilhão e 300 milhões de reais que ficaram, na nossa visão, pendentes de pagamento aos Estados exportadores.

É essencial que equacionemos a questão relativamente a esse valor, para retomarmos a relação de confiança indispensável entre Oposição e Situação, uma vez que a Liderança do Governo assumiu um compromisso que, vez por outra — e hoje V.Exa. teve oportunidade de dizer —, não reconhece, mas que ficou sacramentado com aval desta Comissão, em discussões anteriores das quais inclusive participei em nome do PSDB.

Era o que pretendia fazer, ou seja, ouvi-lo e dizer-lhe que espero essa posição, inclusive para construir o ambiente que V.Exa. e nós estamos desejosos, isto é, um ambiente de convergência em torno do Orçamento Geral da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Obrigado, Deputado Narcio Rodrigues.

Consulto o Sr. Relator, o Deputado Magela, se tem algo a dizer ao Ministro Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO MAGELA - Inicialmente, cumprimento V.Exa., Sr. Deputado Nelson Meurer, que nos honra na presidência dos trabalhos desta Comissão. Saúdo o Ministro Paulo Bernardo, companheiro de partido, que muito nos honra



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

no exercício dessa função. Saúdo o Sr. João Bernardo e toda equipe técnica do Ministério do Planejamento, que tem demonstrado total disposição para o diálogo. Saúdo cada um dos companheiros Parlamentares e, em especial, as Sras. Deputadas Vanessa Grazziotin e Gorete Pereira.

Sabe V.Exa., Sr. Ministro, que já exerceu a função de que hoje tenho a incumbência, dos desafios colocados para nós neste momento.

A feitura do Orçamento da União é tarefa do Congresso Nacional em parceria com o Poder Executivo. Portanto, é fundamental que o diálogo seja mantido o tempo todo e com todos os segmentos do Congresso Nacional, incluindo os partidos que fazem oposição, porque nesta Casa temos trabalhado sob a perspectiva de não separar quem é base aliada do Governo e quem é oposição.

Sr. Ministro, reitero a pergunta feita pelo Sr. Deputado Jilmar Tatto sobre a expectativa do índice de crescimento para o ano de 2010.

Particularmente, tenho defendido perante o Relator da Receita que já façamos a revisão para mais da expectativa de crescimento do PIB 4,5% para 5%, porque, aliás, considero até esse índice abaixo do que vamos conseguir no próximo ano.

Certamente, a expectativa é a de que a política econômica do Governo Federal continue a mesma. E isso certamente garantirá crescimento econômica acima dos 4,5%, podendo inclusive superar 5%, percentual que defendo.

Quanto a outro item, que, na condição de Relator, tenho defendido publicamente, inclusive sendo combatido por setores da imprensa, devo dizer que seria adequado — e quero ouvir a opinião de V.Exa. — que já alterássemos a meta de superávit primário para 2010, a fim de garantir que o Governo tenha melhor condição para os investimentos necessários. Tenho defendido que esse índice poderia ficar em 2%, e, confirmando-se a expectativa de crescimento, possamos até revê-lo para mais. Contudo, essa não é decisão desta Comissão, não é decisão do Congresso Nacional, a menos se for demandado pelo Poder Executivo.

Reitero também a disposição de manter um trabalho conjunto, um diálogo aberto com V.Exa. e com toda sua equipe, uma vez que o que faremos daqui em diante é buscar adequar as necessidades do País ao que vamos aqui trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Obrigado, Sr. Relator, Deputado Magela.

Passo a palavra ao Sr. Ministro Paulo Bernardo para responder às considerações dos Srs. Parlamentares.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, tratarei das questões levantadas pelo nobre Deputado Cláudio Cajado.

Notei que S.Exa. ficou muito satisfeito com a solução dada à questão dos *piers* Bahia, mas aparentemente não ficou tão contente com tudo, porque disse que faria 5 pergunta e fez 9. Queria ter deixado S.Exa. mais alegre. *(Risos)*

O SR. DEPUTADO MAGELA - É assim todo o dia. Esse é o comportamento usual.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Ministro, nós, baianos, temos um ditado: quem pede com amor, ganha dobrado. *(Risos)*

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Responderei em partes as questões suscitadas pelo nobre Deputado Cláudio Cajado.

O cálculo que temos hoje é — não trouxe o demonstrativo — é de 2009. As desonerações feitas foi de diminuição adicional de 15 bilhões de reais na receita. Repito: é cálculo aproximado. Depois que eu tiver esse dado com mais precisão, enviarei ao Relator e a V.Exa. também, Sr. Deputado Cláudio Cajado.

O principal item das receitas extraordinárias que temos é referente a depósitos judiciais. Elaboramos medida provisória, já votada pelo Congresso Nacional, permitindo ao Governo levantar os depósitos judiciais existentes em vários bancos, principalmente na Caixa Econômica Federal. Desses depósitos, uma parte entrará este ano e outra, em 2010. Eles estão alocados sob a rubrica Receita Extraordinária.

Com relação aos reajustes, Deputado Cajado, V.Exa. indaga sobre eventual reajuste maior que inflação para os benefícios previdenciários superiores ao salário mínimo. Não fazemos nenhuma previsão, até porque não há decisão formal sobre isso. Os projetos ainda estão tramitando no Congresso Nacional. Há inclusive tratativas visando ao encaminhamento desses projetos, tratativas das quais o Governo está participando. O Ministro da Previdência Social, José Pimentel, e o Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, estão participando dessas negociações com Parlamentares do Congresso Nacional. Mas nada ainda foi fechado. Não fizemos, portanto, previsão nesse sentido.

Com referência à questão das emendas de bancada e de alguns remanejamentos que fizemos por meio de créditos suplementares, temos de fato entendimento parecido com o de V.Exa., de que isso dificulta o relacionamento com



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Congresso Nacional, que tem incluído programações orçamentárias sob a forma de emendas. Isso é absolutamente legítimo. Como ex-Parlamentar, membro várias vezes desta Comissão, tenho plena consciência disso, mas este ano, Deputado Cajado, estamos numa situação completamente atípica. Já na feitura do Orçamento no ano passado, o Congresso Nacional, ao fazer a estimativa da receita para 2010, procedeu a uma redução na previsão de receita e, na sequência, promoveu uma série de cortes nas dotações para atender à demanda por emendas parlamentares.

Repito que consideramos essa prática absolutamente legítima e normal, mas, em alguns casos, tivemos programações orçamentárias atingidas em relação às quais não tínhamos como resolver de outra forma. Por exemplo, recursos para bolsas de estudo da CAPES, do CNPq, programas da área de saúde (vacinação, combate à AIDS) e vários outros programas foram atingidos e cortados.

Como é de conhecimento geral, na sequência, ainda tivemos uma queda da receita mais expressiva do que havia sido apontado inicialmente pelo Congresso. Ficamos sem alternativa para recompor dotações que considerávamos imprescindíveis. No caso, por exemplo, das bolsas de estudo, é gente que está fazendo mestrado, doutorado ou pesquisa com financiamento do Governo; portanto, não tem nem como suspender pagamento.

De fato, quero que V.Exa. considere a situação como atípica. Não temos, nos 6 anos anteriores ao Governo do Presidente Lula, registro desse tipo de tratamento em relação às emendas. Aliás, por ocasião da votação da lei orçamentária, em dezembro, foi conversado isso com o então Relator da Comissão de Orçamento, o Senador Delcídio Amaral. Quero apresentar isso como atenuante. Não acho que seja uma coisa que no dia a dia deva se fazer, mas não tínhamos outra saída.

Em relação ao Anexo Metas e Prioridades, tivemos muita dúvida sobre ele quando foi votada a LDO, porque uma série de coisas que ali foram incluídas não tem, de fato, consistência — e precisaria — do ponto de vista técnico. Há ações previstas, mas não há projetos, não há como se fazer a sua adequada execução. Pensamos em vetar isso na LDO, mas, primeiro, havia o problema político com o Congresso e, segundo, as deficiências poderiam eventualmente ser sanadas. Por isso, mantivemos, e, em alguns casos, elas não entraram na programação orçamentária.

No que se refere à concessão de maior poder maior de movimentação, de liberdade, de autonomia, principalmente às universidades federais e instituições federais de ensino superior, nós o fizemos por decreto, porque essas movimentações poderiam originalmente ser praticadas por decreto do Presidente da República. Considerando assim, delegamos competência às universidades para que elas próprias possam fazer esses remanejamentos.

No entendimento do Ministério do Planejamento — não sei se V.Exa. considera diferente —, julgamos absolutamente normal do ponto de vista legal. Uma coisa que o Poder Executivo poderia fazer por decreto, autorizamos as próprias universidades fazerem esses remanejamentos, dentro da visão de reforçar a autonomia, obedecidos naturalmente os limites estabelecidos no decreto.

Uma questão que V.Exa. abordou, também levantada pelo Deputado Narcio Rodrigues — e parece-me que foi o ponto central da intervenção do Deputado Narcio Rodrigues — diz respeito à Lei Kandir.

Quero lembrar o espírito com que foi votada a Lei Complementar nº 87, a Lei Kandir. Ela foi votada, à época, com o objetivo de desonerar as exportações, aumentar nosso potencial exportador, fazer com que o Brasil ocupasse melhor posição do ponto de vista do comércio exterior. A argumentação então utilizada era no sentido de que isso beneficiaria no momento seguinte a arrecadação, inclusive dos Estados. Por isso, a Lei Kandir foi feita com prazo determinado. Se não me engano, ela tinha validade até o ano 2000. Depois, foi prorrogada até 2002, e, subsequentemente, negociada no próprio Congresso Nacional. Mas, a verdade é que o prazo de validade dessa lei, nesse aspecto do ressarcimento, já se exauriu, e não temos regulamentação sobre isso. E acho mais: se olharmos a receita dos Estados...

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Só um aparte nesta questão, para conhecer seu ponto de vista.

Extinta a Lei Kandir, na sua lógica, qual deve ser a política pública de estímulo à exportação para substituí-la? Não devemos construí-lo, esta é a pergunta, a longo prazo e de forma negociada com os Estados que não conseguem absorver o impacto da supressão desse dispositivo?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Muito obrigado, Deputado Narcio Rodrigues.

Acho importante o aparte de V.Exa., até porque este é um ponto crucial para o partido de V.Exa. e outros partidos que se manifestaram a respeito. Considero importante discutir a questão.

Lembro, porém, que o definido à época da votação da Lei Complementar nº 87, do nosso ponto de vista, foi atingido, ou seja, estimulamos as exportações, aumentamos a produção nacional e a arrecadação dos Estados. Se fizermos uma comparação entre o que os Estados arrecadavam e o que arrecadam, vai ser muito difícil provar que houve perda de arrecadação nesse período.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sei que V.Exa. aborda uma questão cara para os Governadores e também importante para o Governo: como continuar estimulando as exportações? A resposta é que devemos aprovar a reforma tributária e incluir um mecanismo que resolva de vez todos esses problemas. V.Exa. é Parlamentar experiente e sabe que todo ano temos tido...

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Novela.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - V.Exa. chama de novela. Eu não ia usar essa palavra, mas acho adequada. Todo ano temos um capítulo dessa novela, e é sempre a mesma discussão. Parece-me que seria mais eficaz e correto fazermos na reforma tributária — e acho que a proposta que está tramitando no Congresso resolve isso de forma bem satisfatória — e darmos um tratamento definitivo, permitindo, com a simplificação do sistema, que as exportações sejam de uma vez por todas desoneradas.

Enquanto isso não é feito, vamos ter de escrever esse novo capítulo. Estamos negociando. O Relator do Orçamento, o Deputado Magela, tem nos procurado e já se manifestou sobre isso. Estamos procurando uma saída. Mas essa é uma questão que poderíamos resolver de forma mais definitiva.

Em relação ao crédito-prêmio do IPI, Deputado Cajado, esse não é assunto da alçada do Ministério do Planejamento. Talvez eu não tenha entendido perfeitamente a indagação de V.Exa., mas o que sei sobre crédito de IPI é que esse assunto se arrasta há muitos anos. Recentemente, houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que, pelo menos em princípio, deveria pôr fim à pendenga, mas o assunto voltou à baila, com o debate no Congresso Nacional.

Não sei se V.Exa. julga que devêssemos ter tomado algum tipo de providência na elaboração do Orçamento. Não adotamos nenhuma providência porque não há decisão tomada que a respaldasse. Se houver alguma decisão legislativa, se houver alguma coisa que signifique impacto orçamentário, vamos ter de buscar uma solução, porque, de fato, não tratamos isso do ponto de vista orçamentário.

Quanto às questões apresentadas pelo Deputado Jilmar Tatto — uma delas repetida de forma incisiva pelo Relator, o Deputado Magela —, quero dizer que colocamos na proposta de lei orçamentária uma previsão de crescimento de 4,5%. Sei que vários analistas trabalham com índices maiores — já vi gente falando até em 6% de crescimento. Como V.Exa. e o Relator sabem, temos um prazo, de acordo com o Regimento da Comissão, mais ou menos no final de novembro, em que devemos fazer a revisão dos parâmetros que embasaram a elaboração da proposta orçamentária. Vamos fazer isso, evidentemente, num processo de consultas com o Congresso Nacional — normalmente a Consultoria Legislativa ajuda nesse particular. Vamos, então, fazer a revisão dos parâmetros. Particularmente, acho que vamos ter um índice de crescimento de mais de 4,5%. Eu não teria dificuldade em fazer a revisão para 5%, por exemplo.

Temos, porém, de tomar cuidado. Quando colocamos um índice maior, esperando também ter uma receita maior, não podemos exagerar. É que, caso esse índice depois não se verifique, vamos ter, com a frustração de receita, de fazer corte de despesa. Parece que tem de haver um equilíbrio, mas acho que 5% hoje seriam razoável. Acho até que nem seria muito polêmico, porque há muita gente falando até em mais do que isso.

Deputado Magela, podemos até o fim de novembro nos colocar de acordo sobre não apenas o índice de crescimento, mas sobre se a previsão de inflação vai mudar, enfim, sobre todos os índices que tomamos como base para a elaboração do Orçamento.

Ainda com relação aos temas abordados pelo Deputado Jilmar Tatto e que foram, em parte, coincidentes com o que levantou o Deputado Assis do Couto, estamos convencidos de que o Brasil evitou o pior nesta crise por conta de algo fundamental: além das medidas emergenciais que o Governo adotou — diminuição do juro, oferta maior de crédito, redução de impostos, tudo o que V.Exas. acompanharam muito bem —, o mercado interno foi absolutamente decisivo para evitar que tivéssemos um efeito muito mais negativo no desempenho da nossa economia. Mais do que isso, o Brasil entrou mais atrasado na crise e já saiu dela.

De maneira que vamos ter, em termos de comparação internacional — isso não vai ser medido ano que vem, provavelmente vai levar 2 anos para todas as medições —, vamos ganhar posições, inclusive em termos de *ranking* de PIB, tudo por conta do mercado interno, que continuou funcionando bem, que continuou forte, e, em alguns setores, o poder aquisitivo continua mais aquecido. O Deputado Assis de Couto citou o caso dos pais dele, que ganham 1 salário mínimo. De fato, alguns segmentos da população mantiveram o poder aquisitivo, e neles a demanda está mais aquecida do que antes.

No que se refere aos gastos de pessoal, fizemos uma recomposição dos valores pagos aos servidores do Poder Executivo. Todos sabem que o Executivo tem salários menores do que os do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público. Tínhamos casos em que engenheiros e professores universitários, por exemplo, estavam ganhando salários na casa dos quatro mil, quatro mil e poucos reais. E o João Bernardo está me dizendo que, em alguns casos, havia professores universitários que ganhavam 2 mil e 300 reais.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, era necessário fazer uma recomposição. Para nosso infortúnio, fizemos a revisão e veio a crise, derrubando a receita. Isso significou um impacto maior, mas estamos convencidos de que fizemos uma política correta. E os dados mostram que, na verdade, não houve nenhuma coisa extraordinariamente alta, discrepante do que tenha sido feito anteriormente no Brasil.

Com relação ao assunto levantado pelo Deputado Magela — a meta de superávit —, temos uma posição diferente. No ano que vem, é perfeitamente compatível com o crescimento, com o nível de gasto que queremos fazer manter a meta do setor público como um todo em 3,3%, lembrando que fizemos uma importante flexibilização na forma de obter esse resultado. O Congresso já aprovou autorização para abater da meta todos os gastos do PAC — antes, era só a parcela do PPI. Mandamos para o Congresso Nacional proposta de alteração da LDO, segundo a qual a parcela do subsídio do Programa Minha Casa, Minha Vida, que no ano que vem deverá ser da ordem de 7 bilhões e 200 milhões de reais, também seja diminuída. Confesso que isso foi objeto de grande polêmica no Governo antes de resolvermos fazer essa mudança, essa inflexão.

Portanto, qualquer outra ideia nesse sentido, parece-me, hoje teria grandes dificuldades de aceitação na equipe econômica, e até do Presidente Lula, porque ele por diversas vezes tem nos dito que acha muito importante ter feito a flexibilização das metas neste ano e passar o ano com uma condição diferente, por conta das emergências que enfrentamos. De fato, ele não quer dá a idéia de que queremos afrouxar um objetivo maior, que é o de gradativamente diminuir o peso da dívida pública em relação ao PIB brasileiro. Se V.Exa. fizer as contas, vai ver que a inflexão que fizemos tem, do ponto de vista de impacto financeiro, um valor grande. É importante frisar isso. Conseguimos avançar nisso. Portanto, quero defender a meta que mandamos para cá.

Encerro por aqui, Deputado Nelson Meurer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Obrigado, Ministro Paulo Bernardo.

Agradeço ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, ao Secretário-Executivo do Ministério, João Bernardo, bem como a todos os Parlamentares e ao Relator, Deputado Magela, o comparecimento a esta audiência pública.

Está encerrada a presente reunião.